



A UNIVERSIDADE NA PANDEMIA DE COVID-19: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO LABORATÓRIO DE PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS E TERRITORIAIS (LAPET)

LA UNIVERSIDAD EN LA PANDEMIA DE COVID-19: RELATO DE EXPERIENCIA DEL
LABORATORIO DE PRÁCTICAS EMANCIPATORIAS Y TERRITORIALES (LAPET)

THE UNIVERSITY IN COVID-19 PANDEMIC: REPORT OF EXPERIENCE AT THE LAB OF
EMANCIPATORY AND TERRITORIAL PRACTICES (LAPET)

Luciana Cordeiro¹, Diego Eugênio Roquette Godoy Almeida², Gabriel Benaventana Santos³, Renata Silva e Silva⁴ y Maria Klara Chaves Motta da Costa⁵

RESUMO

Diante da pandemia de COVID-19 no Brasil, as práticas sociais sofreram drásticas alterações, impactando instituições, coletivos e indivíduos. Dentre esses atores sociais, a terapia ocupacional e a universidade pública perceberam a necessidade de se reinventar para dar respostas adequadas às crises instauradas nesse complexo contexto, dado que, para além da questão sanitária, o Brasil enfrenta problemas de ordem econômica, ecológica, ética e política. Este relato tem o objetivo de apresentar as ações desenvolvidas pelo Laboratório de Práticas Emancipatórias e Territoriais, LAPET, durante a pandemia, ancorado no curso de Terapia Ocupacional de uma universidade federal do sul do Brasil. Diante das novas condições impostas pelo distanciamento social, fez-se necessário inovar as práticas de ensino, pesquisa e extensão. Diversas ações foram realizadas de forma unificada e coesa, com finalidade de defender as políticas sociais em direção à emancipação, sobretudo de trabalhadores da Assistência Social e da Saúde. Partiu-se de metodologias participativas, da dialogicidade e da priorização da horizontalização das relações. Processos educativos críticos que rompem com a forma escolar foram deflagrados junto a estudantes de graduação por meio de grupo de estudos e outros instrumentos e, também, junto a trabalhadores essenciais a partir de entrevistas individuais, oficinas emancipatórias e outros recursos tecnológicos. Considera-se que as práticas realizadas trazem um tensionamento do currículo regular

- 1 Doutora em Cuidado em Saúde pela Universidade de São Paulo. Terapeuta Ocupacional pelo Centro Universitário São Camilo. Professora Adjunta do Curso de Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Contato: Avenida Duque de Caxias, 250, Bairro Fragata. Pelotas, RS, Brasil. 96030-000. E-mail: lcordeiro@ufpel.edu.br. Tel: +55 53 3310 1805 Web of Science ResearcherID: B-2178-2017 Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2912-1087>
- 2 Doutor e mestre em Ciências: Educação e Saúde da infância à adolescência pela Universidade Federal de São Paulo. Bacharel em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto do Curso de Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Contato: Avenida Duque de Caxias, 250, Bairro Fragata. Pelotas, RS, Brasil. 96030-000. E-mail: diego.godoy@yahoo.com.br. Tel: +55 53 3310 1805 Web of Science ResearcherID: ABC-2004-2020. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6408-474X>
- 3 Bacharel em Direito–Universidade da Região da Campanha–URCAMP–Bagé/RS. Graduando em Terapia Ocupacional–Universidade Federal de Pelotas–UFPel–Pelotas/RS. Correio: Rua Benjamin Constant, 1048, casa 02, Centro, Pelotas/RS, Brasil. CEP: 96010-020 E-mail: gabriel-benaventana@hotmail.com Telefone: +5553991587262. ResearcherID: ABI-7021-2020 Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9987-6595>
- 4 Graduanda em Terapia Ocupacional na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: renatassilva.to@gmail.com Telefone: +5553991688747 ResearcherID: ABI-4718-2020. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5685-1144>
- 5 Graduanda em Terapia Ocupacional na Universidade Federal de Pelotas (UFPel); membro da Executiva Nacional dos Estudantes de Terapia Ocupacional (ExNETO). E-mail: mariaklarachvs@gmail.com Telefone: +5553984368415 ResearcherID: ABI-7024-2020 Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8347-5455>



do curso de Terapia Ocupacional, além de servirem como instrumento de apreensão das contradições da realidade, facilitando a busca por justiça e transformação social.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Superior, Emancipação, Pandemias, Relações Comunidade-Instituição, Terapia Ocupacional.

RESUMEN

Frente a la pandemia de COVID-19 en Brasil, las prácticas sociales han sufrido cambios drásticos que impactan a instituciones, colectivos e individuos. Entre estos actores sociales, la terapia ocupacional y la universidad pública se dieron cuenta de la necesidad de reinventarse para dar respuestas adecuadas a las crisis establecidas en este contexto complejo, dado que, además del tema de salud, Brasil enfrenta problemas económicos, ecológicos, éticos y políticos. Este relato de experiencia tiene como objetivo presentar las acciones desarrolladas por el Laboratorio de Prácticas Emancipatorias y Territoriales, LAPET, durante la pandemia, anclado en el curso de terapia ocupacional de una universidad federal en el sur de Brasil. Ante las nuevas condiciones impuestas por la distancia social, fue necesario innovar las prácticas de docencia, investigación y extensión. Varias acciones se llevaron a cabo de manera unificada y cohesionada, con el propósito de defender las políticas sociales hacia la emancipación, especialmente de los trabajadores asistenciales y de salud. Se inició con metodologías participativas, dialogicidad y priorización de relaciones horizontales. Los procesos educativos críticos que rompen con la forma escolar fueron desencadenados por estudiantes de pregrado a través de grupos de estudio y otros instrumentos, y también por trabajadores esenciales por medio de entrevistas individuales, talleres emancipatorios y otros recursos tecnológicos. Se considera que las prácticas realizadas aportan tensión al currículo regular del curso de Terapia Ocupacional, además de servir como un instrumento para aprehender las contradicciones de la realidad, facilitando la búsqueda de justicia y transformación social.

PALABRAS CLAVE

Educación Superior, Emancipación, Pandemia, Relaciones Comunidad-Institución, Terapia Ocupacional.

ABSTRACT

During COVID-19 pandemic, social practices were drastically changed in Brazil. It impacted institutions, groups and individuals. Among them, occupational therapy and public university needed to recreate their practices, in order to properly respond to the crisis in this complex context, beyond the sanitary issue, Brazil faces economic, ecological, ethical and political problems. This report aims to inform the actions developed by the Lab of Emancipatory and Territorial Practices, (LAPET, by its initials in portuguese), anchored in the occupational therapy graduation course, at a federal university of the south of Brazil. Due to the new conditions imposed by social isolation, learning practices, research and extension were recreated. Coherent and unified actions were performed to advocate for social policies toward emancipation, specially concerning social assistance and health care workers. Participative methodologies were used, prioritizing dialog and horizontal relations. Critical educational that ruptures with school system were proceeded with under graduated students in group studies, and other instruments. Essential workers also participated of the educational processes through interviews, emancipatory workshops, and other technological resources. The driven practices bring tension to the regular occupational therapy graduation curriculum and become instruments of reality apprehension, benefiting social justice and transformation.

KEYWORDS

Education, Emancipation, Pandemics, Community-Institutional Relations, Occupational Therapy.

Recibido:18/01/ 2021

Aceptado: 24/05/2022

INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 ocasionou mudanças mundialmente significativas no cotidiano individual e coletivo, impossibilitando as ações que envolviam contato pessoal, particularmente no Brasil. Os analistas dizem que o sistema está em crise profunda há muito tempo (Zizek, 2020), pois o próprio capitalismo se alimenta destas crises constantes. No entanto, há uma falsa sensação de que alguns problemas sociais foram inaugurados pela pandemia.

Os altos índices de desemprego e informalidade, o subfinanciamento das políticas sociais e a agenda de reformas políticas neoliberais que estão em curso nos últimos anos não são resultados da pandemia, senão marcas da crise estrutural do capitalismo, agravadas pela crise sociopolítica em curso. A tragédia sanitária, ecológica e social antecede a situação atual e é amplificada exponencialmente pela pandemia (Antunes, 2020; Granemann, 2021; Mendes & Carnut, 2018).

Mais especificamente sobre a precarização do trabalho no contexto brasileiro, para além dos riscos e preocupações de contágio pelo coronavírus, trabalhadores têm lidado com sentimentos de angústia diante das transformações nas atividades laborais formais e informais, da demissão iminente, de redução de salários e de pouquíssimas ofertas de trabalho. Ainda, há que se considerar que a crise atinge e prejudica mais pronunciadamente a trabalhadora feminina negra (Antunes, 2020).

No âmbito político-cognitivo, a pandemia desnuda o crônico descrédito social em relação ao conhecimento científico gerado nas universidades. Dagnino (2015) afirma que até mesmo a direita brasileira vê a universidade pública como disfuncional ao modelo neoliberal, o que configura um modelo de abertura econômica indiscriminada, de desindustrialização, que não necessita de investir em inovação tecnológica e científica pelo fato de importar tais recursos de fora. Uma condição característica da situação periférica, a partir da qual o mercado ou mesmo os movimentos sociais e instituições pouco demandam dos saberes acadêmicos. Para o autor, a universidade, “num país cada vez mais dependente do ponto de vista tecnocientífico, é muito cara para ser desnecessária. E é seu alto custo e baixa legitimidade que a colocam cada vez mais indefesa frente às ameaças de privatização” (Dagnino, 2015, p. 301). Essa análise se mostra altamente esclarecedora quanto à proximidade

entre o bolsonarismo e o empresariado, entre a “excelência universitária” e a colonialidade, condição esta que elucida os problemas de comunicação entre o campo científico e a população no Brasil.

Ainda que, no cenário contemporâneo, frentes progressistas defendam vínculos mais decentes entre universidade-sociedade, fazendo eco à Reforma de Córdoba⁶ (Gomes, Corte & Rosso, 2019), estas vozes não são suficientes para criar uma cultura universitária de investigação (ou melhor, “exvestigação”), cujos efeitos seriam materializados em currículos e agendas de pesquisa referenciadas socialmente, de modo a “estender” ações participativas de alto teor democratizante e comprometidas com a socialização e soberania tecnológica, capazes de alterar as condições de vida da população brasileira (Dagnino, 2015). Outras concepções extensionistas, pautadas no assistencialismo, na prestação pontual de serviço e transmissão de conhecimentos, sem a necessária reflexão metodológica e clareza da finalidade, ainda são frequentes no âmbito universitário (Cristofolletti & Serafim, 2020) e ficam mais evidentes na pandemia. Importante ressaltar que essa disputa sobre o que seria a Extensão Universitária está presente na história da América Latina, guardando relação com a Terapia Ocupacional (Figueiredo, Pattera, Silva, & Cardinalli, 2020), sob forte influxo do pensamento de Paulo Freire, em contraponto aos tradicionais modelos estadunidense e europeu, movidos pelo paradigma econômico (Rubião-Resende & Zilberberg-Oviedo, 2020).

Sem que haja direcionamento expresso do Ministério da Educação, as alternativas na Educação adotadas durante o isolamento em função da pandemia de COVID-19 ocasionaram a confusão entre o que seria “ensino remoto”, modalidade adaptada e provisória, e “ensino à distância” em seu formato de ensino específico e projetado (Lira, Adamy, Teixeira & Silva, 2020). O que se deve evitar dessa confusão é que tendências neoliberais comprometam o futuro do ensino público presencial, em um processo de mercantilização (Vallaeys, 2014). Esta ameaça já é realidade, se considerando o contexto de sucateamento das políticas públicas (Granemann, 2021) e a precarização do trabalho (Souza, 2021).

⁶ A chamada Reforma de Córdoba é considerada um marco na história das universidades latino-americanas por ser pioneira na construção de um modelo institucional marcadamente anticolonial, que atribuiu uma identidade e um modelo renovado ao ensino superior (Freitas Neto, 2012).



Os calendários alternativos de ensino remoto foram respostas improvisadas para a urgência e já é possível apontar o fracasso dessas propostas, constatada a falta de acesso a tecnologias e internet de qualidade e preparo de profissionais e estudantes para a aprendizagem e ensino no meio virtual (Borba *et al.* 2020). Currículos propostos para o formato presencial e que dependem de interação presencial podem, e devem, se aliar às tecnologias de comunicação, como ferramentas auxiliares de trabalho e não como substitutas (Lira *et al.*, 2020).

Explicitada a problemática das Instituições de Ensino Superior Públicas frente à crise multidimensional de COVID-19, este artigo tem por objetivo relatar como os projetos de ensino, pesquisa e extensão que compõem o Laboratório de Práticas Emancipatórias e Territoriais (LAPET) do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Esses projetos foram reconfigurados em razão das exigências do trabalho universitário remoto, mas, sobretudo, pelo dever de traçar ações de apoio à realidade precarizada das trabalhadoras da saúde e assistência social. A partir do tripé universitário, o LAPET reafirmou o posicionamento ético-político pela justiça social em tempos de profunda ameaça aos direitos e desproteção social. Ou seja, para além da adaptação das atividades planejadas anteriormente, dado o ineditismo do contexto atual, o presente relato traz à luz do debate a missão social das universidades públicas e, ao mesmo tempo, compartilha com a comunidade científica práticas alinhadas com o pensamento crítico contemporâneo em Terapia Ocupacional.

A PANDEMIA PEDE POR “OUTRA” TERAPIA OCUPACIONAL

Diante da crise que se coloca em escala global, questiona-se qual Terapia Ocupacional seria capaz de responder radicalmente às necessidades de grupos em vulnerabilidade, os quais ressentem mais ostensivamente tal crise.

O posicionamento público frente à pandemia de COVID-19, feito em junho pelo presidente da *World Federation of Occupational Therapy*, limita-se a reconhecer o impacto sanitário na vida ocupacional, mais especificamente, os problemas de acesso, engajamento ou continuidade nas ocupações durante à pandemia (Patison, 2020). Já a Confederação Latino-Americana de

Terapeutas Ocupacionais (Agudelo, Cedeño, Guzman & Villagra, 2020) rompe com as narrativas pretensamente universais e elencam pontos que atravessam a realidade dos países membros, quais sejam: i) a precarização do trabalho dos terapeutas ocupacionais em termos regulatórios, contratos frágeis e até mesmo desvios de função, como no caso dos terapeutas ocupacionais substituindo enfermeiros no Equador; ii) o suporte fornecido pelas associações e colégios de Terapia Ocupacional, agindo coletivamente em prol da classe; iii) a problematização do teletrabalho quanto ao acesso à internet por parte da população, determinações socioeconômicas, potencialidades e limitações das tecnologias de informação e comunicação no trabalho assistencial.

Diversas experiências relativas à mediatização das intervenções terapêuticas-ocupacionais (teletrabalho, teleconsultoria, teleatendimento) estão sendo publicizadas, ilustrando respostas possíveis ao isolamento social (Sinclair, 2020; Morrison & Silva, 2020; Bregalda, Correia, Amado & Okuma, 2020). É a partir desse universo que se considera importante refletir sobre os pressupostos ético-político-culturais da profissão, bem como sobre o alcance das ações e utopias. Tal clareza é um imperativo ainda maior quando se trata de ações efetuadas por Instituições de Ensino Superior, posto o compromisso de produzir uma formação graduada contra-hegemônica pelos caminhos compartilhados da docência, extensão e investigação.

Pelas lentes do materialismo histórico, articuladas ao movimento da Terapia Ocupacional Crítica e ao pensamento anticolonial das Terapias Ocupacionais do Sul:

A ideia de Terapias Ocupacionais é baseada na ideia de uma TO Outra, no sentido de diferença efetiva, de uma alteridade radicalmente diferente. Uma TO cuja primeira filosofia é a ética política é diferente em um sentido radical de uma TO em que sua primeira filosofia é ontológico-epistêmica. Ambas são de uma ordem diferente. Nessa perspectiva, toda polêmica e divergência são necessárias, visto que estamos em um campo sempre em disputa pela descolonização ou colonialidade da profissão e da disciplina (Guajardo Córdoba, 2020, p. 13).

O “Paradigma Outro” demarca a relação de alteridade, através do qual o “Outro”, historicamente visto como

subdesenvolvido, rústico e primitivo, luta pela própria libertação em relação aos olhos imperiais norte-europeus. Isso não significa, de forma alguma, rechaçar o conhecimento acumulado (e desigualmente socializado) pelas nações estrangeiras que ocupam zonas centrais no capitalismo⁷. No nosso caso, por exemplo, a instituição de ensino a qual estamos filiados está localizada próxima à fronteira geográfica do Uruguai e, ao mesmo tempo, em contato simbólico muito íntimo com as terapias ocupacionais dos EUA, Canadá, Reino Unido e Austrália. Nesta “zona de contato”, o curso de Terapia Ocupacional constrói sua história e identidade, em diálogo com conteúdos locais e translocais. Ora nos opomos a algumas construções, ora nos identificamos com outras, de modo que essas “novas” formas de expressão nada trazem de legítimas e puras, senão cruzamentos subversivos, estratégias paródicas, deslocamentos táticos, diálogos interessados e “antropofagia” (Almeida, Müller, Francia, Osielski, & Diniz, 2020). O que está em jogo é o silenciamento cultural-político-econômico, ainda que os mecanismos de opressão não sejam abertamente declarados.

Assim, os autores deste trabalho assumem a outridade para defender uma Terapia Ocupacional cujo centro do debate estão o cotidiano e a práxis (Guajardo Córdoba & Galheigo, 2015). A cotidianidade coloca-se como chave conceitual radicalmente divergente da concepção ocupacional funcionalista anglosaxã (Galheigo, 2020). Mais que o somatório de fazeres ordinários, tomar o cotidiano como operador implica em reconhecer a primazia do cotidiano nos movimentos históricos; em tomar o cotidiano como totalidade (todo não aditivo) devido ao caráter relacional estabelecido entre subjetividade, política, cultura e economia, enxergando a singularidade das interatividades nos grupos e coletivos marcadas pelas estruturas sociais; em apostar nas artimanhas e táticas presentes nas (inter)atividades ordinárias, mas sem cair na descrição superficial das

atividades—o que é possível pela ativação conceitual (Almeida, 2020).

A profissão é um produto histórico, portanto marcada por contradições e interesses de classe, e que o papel de contenção exercido pelas políticas públicas latinoamericanas merece problematização quanto ao que isso implicou para a Terapia Ocupacional nestes locais (Guajardo Córdoba, 2016). Pauta-se a inclusão sem transformação social, justiça ocupacional sem justiça social e, com efeito, para dar visibilidade a esta outra Terapia Ocupacional, não basta adjetivar de ocupacionais velhos problemas estruturais, como no caso do neologismo Justiça Ocupacional (JO). Isso não só seria insuficiente, como também indesejável.

Podemos assinalar que a ideia de justiça liberal e nela a JO, dão conta de um olhar incompleto e no resolvem os problemas do mundo atual marcados pela precarização da vida e sua conseguinte desumanização, expressos na iniquidade e na crescente desigualdade entre ricos e pobres, entre o centro capitalista e a periferia. Ao reduzir o problema da justiça à distribuição justa de bens, no caso da TO ao acesso de ocupações significativas, aos chamados direitos ocupacionais ou fortalecimento de capacidades ocupacionais[...] sem considerar as causas que determinam as desigualdades sociais e as assimetrias estruturais nas relações de poder da ordem capitalista atual” relaciones de poder del orden capitalista actual’ (Cortés Rodas, 2010, p. 2), a JO termina afirmando os princípios fundamentais do sistema capitalista patriarcal colonial de dominação (Guajardo Córdoba, 2020, pp. 11-12, tradução nossa).

A nós outros, está muito claro o desafio de imaginar e experimentar novas terapias ocupacionais durante e após a pandemia, assumindo o imperativo emancipatório de desafiar quaisquer formas de opressão humana inerentes ao capitalismo, aos racismos e às relações patriarcais heterocisnormativas. Com o uso das ferramentas disponíveis, as ações de pesquisa, ensino e extensão do LAPET estão centradas nas políticas sociais da Saúde e Assistência Social, sem depositar plena confiança no Estado, contudo. Ao invés disso, aposta-se na seguridade social como uma possível janela de oportunidades para a práxis emancipatória.

7 Walter Mignolo e Boaventura S. Santos rejeitam a validade do marxismo como a única utopia radical, crítica e anticapitalista, para o século XXI. Contudo, isso não significa que Marx deva ser desconsiderado, assim como Lacan, Foucault, etc. A genealogia do pensamento decolonial é planetária e não se limita a indivíduos, mas é construída a partir dos movimentos sociais, saberes indígenas e afros, etc. (Mignolo, 2008). Como exemplo de uso anticolonial do marxismo ou até mesmo da psicanálise, vale citar Lélia Gonzáles, José Carlos Mariátegui, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Paulo Freire, entre outros.



Redimensionando as ações na pandemia

Desde a suspensão das atividades acadêmicas em função da pandemia de COVID-19, em março de 2020, o LAPET foi impelido a reconfigurar sua proposta localizada em um território específico e trabalhar em dois eixos: Saúde e Assistência Social. Alguns projetos foram suspensos pelos imperativos dos serviços e pela ausência de recursos. A despeito disso, as fronteiras do programa Comunidade de Práticas Emancipatória-Dunas (Almeida, Cordeiro, Ricci, Costa, Santos, Soares, 2020) operacionalizado pelo LAPET, tiveram que ser relativizadas por conta das ações junto à Assistência Social, incluindo no perímetro de ação todos os Centros de Referência de Assistência Social, atendendo ao pedido da gestão municipal da Proteção Social Básica de Pelotas. O grupo de estudos com discentes e docentes de Terapia Ocupacional semanal foi mantido, no entanto, ocorreu na modalidade online.

Os desafios de reconfiguração das ações em resposta à crise sanitária e sociopolítica atual, dando ênfase aos procedimentos metodológicos mediados pelas tecnologias de informação e comunicação, estão descritos a seguir.

CONTORNOS ORGÂNICOS DO LAPET

Metodologia Participativa e Oficinas Emancipatórias

Levando-se em conta o desinvestimento nas políticas sociais, a desproteção social inerente ao Estado mínimo e a condição de vulnerabilidade—entendida aqui como marca da precarização dos vínculos de trabalho e fragilização da rede social de suporte (Castel, 1998) agravada pela pandemia da COVID-19, partindo dos pressupostos do “Paradigma Outro” da Terapia Ocupacional, o LAPET propôs projetos unificados com o objetivo de fornecer suporte sócio-ocupacional aos trabalhadores da Assistência Social e da Saúde e, ao mesmo tempo, promover a formação dos discentes. Os projetos baseiam-se em pesquisas participantes, integrando propósitos extensionistas e de pesquisa.

Segundo Brandão e Borges (2007), a pesquisa participante é um processo de ação social que traz em si

dinamicidade e a construção de teorias a partir de ciclos de reflexão crítica acerca da realidade histórica concreta dos sujeitos-coletivos. O envolvimento do pesquisador com o campo é prerrogativa, reconhecendo nisso a condicionalidade da produção de conhecimento. Sendo assim, busca-se o engajamento crescente de todos os envolvidos, tendo nos mecanismos de participação um importante elemento de análise metodológica. A epistemologia crítica é norteadora das ações propostas, fazendo da pesquisa um processo educativo dirigido à transformação social e formação política (Soares *et al.*, 2019).

De modo geral, as pesquisas participantes propõem o envolvimento e o mútuo compromisso de ações sociais de vocação popular, colocando face-a-face agências sociais eruditas e populares. As ações devem partir da realidade concreta da vida dos participantes do processo, “[...] a vida real, as experiências reais, as interpretações dadas a estas vidas e experiências tais como são vividas e pensadas pelas pessoas com quem inter-atuamos” (Brandão & Borges, 2007, p. 54). Os processos de investigação, educação e ação social transmudam-se em momentos metodológicos, direcionando-se à transformação social, ainda que o processo sirva a uma ação social local e limitada a questões específicas da vida social (Brandão & Borges, 2007).

Para operacionalizar a pesquisa participante nos projetos unificados optou-se pelas Oficinas Emancipatórias (OE), modalidade de tecnologia socioeducativa que possibilita a compreensão das contradições sociais, buscando alcançar a crítica acerca das práticas sociais, objeto da investigação (Soares *et al.*, 2019; Soares *et al.*, 2018). Os encontros dialógicos propostos nas OE problematizam o cotidiano ao evidenciar a marca das determinações econômica, ideológica e política por intermédio das instituições. Com efeito, o processo socioanalítico revela as forças desumanizantes da burocracia (divisão técnica do trabalho, relações verticalizadas, etc) e da ideologia neoliberal (Lourau, 1975). Isso ocorre mediante a apropriação de novas ferramentas (simbólicas e materiais) capazes de desnaturalizar a realidade imediata do cotidiano pelo convite à ação, à experimentação. Foi necessário adaptar a OE para a modalidade virtual, obedecendo o distanciamento social imposto na pandemia de COVID-19.

Coerentemente, nos grupos de estudo com os discentes, procura-se partir das demandas trazidas pelos

estudantes nos momentos de discussão sobre textos, vivências ou sobre os processos de pesquisa-extensão da qual fazem parte. Os processos de ensino são mediados pelos docentes do LAPET, que são também sujeitos de ensino-aprendizagem. A relação educandos-educadores se baseia em proposta dialógica e na construção conjunta, a partir da diretividade dos docentes (Freire, 1987).

Projetos unificados: ações de pesquisa-extensão

Participaram dos Projetos Unificados propostos pelo LAPET no município de Pelotas, trabalhadoras dos serviços da Assistência Social e da Saúde. Todas as pesquisas foram aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pelotas (CAAE 35308520.1.0000.5317; CAAE 35589820.4.0000.5317), processo esse que envolveu a anuência das instituições e o aceite de participação mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são equipamentos da Proteção Social Básica (PSB) da Assistência Social no Brasil. De base territorial e preventivo, assistem famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (Brasil, 2004, p. 33).

É atribuição dos CRAS acompanhar as famílias em vulnerabilidade social de um determinado território, captar suas necessidades e traçar estratégias para superação dos problemas detectados. O trabalho se dá em equipe e não se restringe apenas ao espaço físico da unidade, já que ações podem ser realizadas com a comunidade em outros equipamentos públicos para discussão e encaminhamento de pautas como moradia, consumo de drogas e direitos sociais. Dentre outras práticas, é comum o CRAS desenvolver visitas domiciliares, atendimentos grupais e orientações sobre os programas governamentais de transferência de renda para recebimentos de benefícios.

Foram convidados a participar do primeiro projeto unificado do LAPET os seis CRAS existentes no município

de Pelotas. Desses, quatro completaram o ciclo de OE. Ocorreram quatro encontros virtuais para cada equipe, sendo que tais oficinas duraram aproximadamente uma hora. A periodicidade dos encontros foi semanal, conforme disponibilidade apontada pelas gerentes dos serviços.

No campo da saúde, o principal modelo da Atenção Primária à Saúde brasileira é a Estratégia de Saúde da Família, que tem como foco a prevenção de agravos e a promoção da saúde a partir de ação de uma equipe mínima que presta cuidados à população adstrita a um território. Dentre os trabalhadores da Unidade de Saúde da Família (USF) estão os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que além de fazerem parte da equipe de saúde são também moradores do território. A principal função do ACS se dá por meio da sua atuação nos processos de atenção à saúde, principalmente como mediador entre a instituição de saúde e a população (Brasil, 2012). Apesar de haver formação regulamentada pelos Ministérios da Saúde e da Educação voltada a esses trabalhadores, poucos têm a chance de completar tal formação (Morosini, 2010).

O segundo projeto unificado proposto foi realizado com ACS da USF Dunas. Três OE's individuais e uma coletiva se deram ao longo do processo, com duração média de uma hora cada. Ainda que a Assistência Social e Saúde sejam campos distintos, encontrou-se elementos em comum nas práticas desenvolvidas por esses trabalhadores, a serem descritos a seguir.

Para as OE's, utilizou-se a plataforma de webconferências da UFPEL. O *Whatsapp* foi outro recurso midiático usado para intensificar o engajamento ao longo da semana. Hipotetizou-se que o aplicativo de mensagens instantâneas compensaria os desafios da presença inerente ao trabalho virtual remoto, dando condições mínimas para grupalidade e participação através de tomadas de decisões conjuntas, compartilhamento de informes, músicas, documentos, fotos do cotidiano etc.

Tanto o CRAS quanto a USF foram considerados serviços essenciais na pandemia (Brasil, 2020a; 2020b) e tiveram alterações nas suas atividades visando minimizar os riscos de contágio do coronavírus, mantendo a assistência à população. Houve importante redução do número de visitas domiciliares, muitos trabalhadores foram afastados, realizou-se rodízio entre os trabalhadores de plantão nas unidades, além de assunção de tarefas



não exclusivas dos serviços. Por exemplo, a função do CRAS foi descaracterizada quando sua principal ação passou a ser a mera distribuição de alimentos aos mais desfavorecidos.

Os trabalhadores essenciais relatam sentimentos de angústia, medo do contágio e suas complicações, de infecção dos seus familiares e de insegurança frente ao próprio trabalho, o qual não tem sido adequadamente planejado. Consideram aligeirado o treinamento acerca da biossegurança nos serviços, e que a ausência de espaços de reflexão sobre as práticas de trabalho e as necessidades da população diante da pandemia agrava ainda mais o mal estar decorrente do trabalho.

À medida que esses elementos eram revelados nos encontros grupais e individuais nos projetos unificados, as demandas dos trabalhadores foram acolhidas e transformadas em reflexões. Discutiu-se o papel dos serviços públicos essenciais em tempos de pandemia e para além desse contexto, bem como a lógica das políticas públicas forjadas pelo Estado neoliberal. Os elementos do processo de trabalho das equipes também foram abordados, sobretudo os instrumentos de trabalho conhecidos e corriqueiros, os quais muitas vezes não dão conta das necessidades da população. As OE's favoreceram processo educativo crítico, levando as trabalhadoras da Saúde e da Assistência Social a examinares recortes específicos da realidade e também ampliar a compreensão do contexto do trabalho a partir da pandemia.

Sem negar as práticas particulares voltadas para os indivíduos e famílias, as ACS se sentiram desafiadas a incluir em seus cotidianos de trabalho, práticas coletivas que abarcassem o direito à moradia, ao lazer e à cultura, isto é, que favorecessem o processo de humanização (Freire, 1987) da população.

No campo da Assistência Social, debates foram tecidos em torno da ameaça aos direitos de acesso dos usuários e trabalhadoras; das formas de convívio e o fortalecimento de vínculos mesmo à distância; do represamento de benefícios monetários tendo em vista o aumento de contingente de desempregados e os problemas de acesso às tecnologias; do teletrabalho e estratégias coletivas de cuidado. As trabalhadoras tomaram consciência de que necessitavam de maior reconhecimento pelo trabalho, sendo que, embora, oficialmente, se colocassem como profissionais essenciais na pandemia,

sentiam a ameaça da descaracterização das práticas pela redução do trabalho à entrega de alimentos.

Um dos CRAS participantes do projeto redigiu uma nota informativa, escrita coletivamente por meio do grupo de *Whatsapp*. Esse texto foi midiaticado em canais virtuais do LAPET (*Instagram* e *Facebook*). A nota trouxe tópicos para a avaliação do processo educativo produzido, quais sejam: o tônus moral inerente à luta pelo reconhecimento público das ações e programas desenvolvidos naquele CRAS; contradições inerentes à Assistência Social no Brasil; burocracias/ideologias que enfraquecem a finalidade emancipatória do trabalho, bem como a criação de novas ferramentas (principalmente as de caráter coletivo e intersetorial).

Vídeos sínteses das OE's desenvolvidas com as ACS foram publicados no canal do *YouTube* do LAPET, com o intuito de divulgar a produção coletiva.

Ações de Ensino (Ciclo de debates, Grupo de estudos)

As ações de ensino do LAPET na pandemia contemplaram, prioritariamente, os acadêmicos de Terapia Ocupacional. Os objetivos foram: promover formação acadêmica aprofundada, por meio da discussão de pesquisas, debates e análise de práticas; sustentar as ações de pesquisa e extensão, inclusive pela possibilidade de desenvolver novas abordagens teórico-metodológicas; propiciar um espaço para leitura mediada, de maneira a alargar a capacidade de compreensão discente e uso de novos saberes; estimular nos participantes o consumo crítico da produção científica, bem como a capacidade de autogestão do grupo. O grupo de estudos exigiu uma dedicação semanal mínima de duas horas.

Promoveu-se Ciclos de Debate neste período, buscando fomentar discussão acerca de diferentes práticas da Terapia Ocupacional, propiciando troca de saberes e experiências para profissionais e estudantes de forma remota, concordante com a atual situação do país devido a pandemia de COVID-19. O acesso às práticas sociais por meio de webconferências auxiliou no processo de construção de conhecimento e reflexão sobre a realidade, sobretudo diante de incertezas e novidades que a pandemia nos impõe.

Reconhecendo a necessidade de maior destreza na produção de conteúdos digitais por parte de discentes e docentes, promoveu-se a Oficina: Produção, edição de vídeo e imagem e as mídias sociais como aliadas na divulgação de ações da universidade. Além disso, tem-se investido nas possibilidades socioeducativas das redes sociais.⁸

Em se tratando de um projeto complementar ao currículo de Terapia Ocupacional, o ensino no LAPET difere-se pela ruptura com a forma escolar, no que tange à quebra com o ensino simultâneo, caracterizado pelas relações pedagógicas emolduradas por performances coletivas, orientadas por metas comuns, dentro de um mesmo ritmo (Freitas, 2011). Essa ruptura se deve a pelo menos dois motivos: pela natureza heterogênea do grupo, já que os estudantes estão em momentos distintos da formação, variando do segundo ao oitavo período; e pelo conhecimento produzido ser produto das práticas, ou seja, não há separação entre teoria e prática, pressupondo um mesmo ponto de partida e chegada em termos de aprendizagem. Com isso, houve favorecimento do engajamento coletivo nas atividades e vivência de experiências educacionais singulares mediadas pelas atividades compartilhadas.

Aponta-se também o deslocamento do lugar de saber dos coordenadores docentes, que se veem impelidos a revezar o protagonismo educativo com os estudantes e com os profissionais do território. A transversalidade produzida vai de encontro à concepção de que o educador tem um saber a ser transmitido aos educandos, meros expectadores. Superando a educação bancária (Freire, 1987), em que o conteúdo do currículo é depositado nos educandos, o LAPET investe na educação emancipatória a partir do tripé da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Exemplo disso é a oficina de produção de vídeos realizada pelo grupo. Os estudantes ensinaram professores e seus pares a manejar ferramentas midiáticas e, ainda que tivessem intimidade com o mundo virtual, a atividade possibilitou importante reflexão sobre o consumo e produção de artefatos culturais. Propôs-se uma nova forma de experimentar os instrumentos virtuais disponíveis. As plataformas digitais servem ao entretenimento – amplamente utilizadas pelo mercado – mas, sobretudo,

guardam possibilidades socioeducativas, favorecendo aprendizagens informais, o exercício pedagógico de pensar instrumentos que dialoguem com os problemas imediatos da vida, bem como a autoria ao utilizarem novas linguagens e escritas do mundo.

A práxis, processo teórico-prático reflexivo e dialógico entre estudantes, professores e trabalhadoras da linha de frente da Assistência Social e da Saúde, marcaram as ações desenvolvidas pelo LAPET. Buscou-se educação emancipatória, tensionando a forma escolar e seu fundamento homogeneizante. Experimentou-se, também, uma relação pedagógica guiada pela apropriação tecnológica, de modo responsivo às necessidades coletivas e pessoais, as quais se traduzem pela vocação humana de ser mais (Freire, 1987), afinal, educação crítica é entrar no mundo, manejá-lo, estranhá-lo, transformá-lo transformando a si, para então tomar posse da humanidade latente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas pelo LAPET contribuíram para a análise de que o *exceptio* da pandemia revela a soberania da lógica necromercadológica em detrimento da vida digna. Reforçam que a realidade está em disputa, os direitos sociais não estão assegurados, e tal realidade coloca-se como urgente desafio para terapeutas ocupacionais brasileiros.

O LAPET passou por um processo de reinvenção, afinado pelos ideais emancipatórios nas ações de ensino, pesquisa e extensão. A pandemia de COVID-19, somada ao projeto neoliberal de sucateamento das políticas sociais, bem como a ausência de coordenação política do Ministério da Educação estruturam a atual realidade. O LAPET encontrou nas tecnologias de informação e comunicação, ferramentas possíveis de trabalho junto ao território, e estendeu suas ações para outros equipamentos do município de Pelotas. Não obstante os avanços, as ações de apoio às práticas a partir das políticas de Assistência Social e Saúde tem denunciado que as condições de trabalho estão cada vez mais precárias. Como laboratório da universidade pública, o LAPET reduziu o número de projetos, vendo-se levado a usar dos próprios recursos para o trabalho remoto, tal qual os trabalhadores da Saúde e Assistência Social, que também sofrem com o subfinanciamento nas políticas sociais. As condições materiais de ambos os setores

8 <https://www.instagram.com/lapetufpel/> e <https://www.facebook.com/lapetufpel>.



dificultam a emergência do sentimento de pertença, devido à justificativa de urgência, burocratização e despolitização de cada serviço/setor. Esse “ilhamento” é a principal barreira ao enfrentamento coletivo de cunho político-social, pauta das ações desenvolvidas.

Os projetos de ensino, pesquisa e extensão têm investido na potência do cuidado e na educação crítica, potencializando a formação graduada, assim como a formação dos docentes e profissionais. Desse modo, reforça-se que é papel da universidade não apenas divulgar conhecimento científico para além dos muros (da universidade?), mas, sobretudo, produzi-lo em sinergia com as necessidades dos territórios, a fim de que a população tenha condições (tempo e ferramentas) para refletir sobre a crise, fazendo enfrentamento às situações de opressão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agudelo A, Cedeño T, Guzmán S. A & Villagra A. (2020). Reflexiones desde la Confederación Latinoamericana de los Terapeutas Ocupacionales-CLATO, en tiempos de COVID-19. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, 4(3), 275-280. doi: 10.47222/2526-3544.rbto34461.
- Almeida, D. E. R. G. (2020). Política e resistência no lazer noturno homossexual. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(4), 1251-1267. doi: 10.4322/2526-8910.ctoAO2102.
- Almeida, D. E. R. G., Cordeiro, L., Ricci, E. C., Costa, M. V. M., Santos, G. B. & Soares, R. B. (2020). Programa comunidade de práticas emancipatórias: Construindo redes de colaboração intersectorial e transformação social pela práxis. En Michelon, F. F.; Bandeira A. R. (Eds.), *A extensão universitária nos 50 anos da Universidade Federal de Pelotas* (pp. 310-324). Pelotas: Editora da UFPel.
- Almeida, D. E. R. G., Müller, R. P., Francia, P. N. R., Osielski, T. P. O. & Diniz, T. (2020). Autoetnografia como estratégia decolonizadora de ensino sobre o cotidiano em Terapia Ocupacional. *Interface (Botucatu)* 24. doi: 10.1590/Interface.190122
- Antunes, R. (2020). *Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo, Brasil: Boitempo.
- Borba, P. L. O. B., Bassi, B. G. C., Pereira, B. P., Vasters, G. P., Correia, R. L. & Barreiro, R. G. (2020). Desafios “práticos e reflexivos” para os cursos de graduação em terapia ocupacional em tempos de pandemia. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(3), 1103-1115. doi: 10.4322/2526-8910.ctoen2110
- Brandão, C. R. & Borges, M. C. (2007). Pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular*, 6, 50-62. Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988/10662>.
- Brasil. (2004). *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Brasil. (2012). *Política Nacional de Atenção Básica*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2020a). *Portaria nº 54, de 1 de abril de 2020 resolve aprovar recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) dos Estados, Municípios e do Distrito Federal com o objetivo de garantir a continuidade da oferta de serviços e atividades essenciais da Assistência Social, com medidas e condições que garantam a segurança e a saúde dos usuários e profissionais do SUAS*. Brasília: Ministério da Cidadania.
- Brasil. (2020b). *Portaria nº 430, de 19 de março de 2020 estabelece incentivo financeiro federal de custeio no âmbito da Atenção Primária à Saúde, em caráter excepcional e temporário, com o objetivo de apoiar o funcionamento em horário estendido das Unidades de Saúde da Família (USF) ou Unidades Básicas de Saúde (UBS) no país, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19)*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Bregalda, M., Correia, R., Amado, C. & Okuma, K. (2020). Ações da Terapia Ocupacional frente ao coronavírus: Reflexões sobre o que a Terapia Ocupacional não deve fazer em tempos de pandemia. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, 4(3), 269-271. doi: 10.47222/2526-3544.rbto34445.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Cristofoletti, E. G. & Serafim, M. P. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. *Educação & Realidade*, 45(1). doi: 10.1590/2175-623690670
- Dagnino, R. (2015). Como é a universidade de que o Brasil precisa?. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 20(2), 293-333. doi: 10.590/S1414-40772015000200003.
- Figueiredo, M. O., Pattera, I. P., Silva, C. R. & Cardinalli, I. (2020). Contribución de las actividades de extensión a la formación en Terapia Ocupacional. *Revista Ocupación Humana*, 20 (1), 7-26. doi:10.25214/25907816.946.
- Freitas, M. C. (2011). *Aluno problema: forma social, ética e inclusão*. São Paulo, Brasil: Cortez.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.
- Freitas Neto, J. A. A Reforma Universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. (2012). *Revista Ensino Superior Unicamp*, 71, 62-70. Recuperado de <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/a-reforma-universitaria-de-cordoba-1918-um-manifesto>.
- Galheigo, S. M. (2020). Terapia ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: aportes teórico-conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*. 28(1), 5-25. doi: 10.4322/2526-8910.ctoAO25904
- Gomes, S. R. M., Corte, M. G. D. & Rosso, G. P. (2019). A Reforma de Córdoba e a Educação Superior: Institucionalização da Extensão

- Universitária no Brasil. *Revista Internacional de Educação Superior*, 5, 1-21. doi: 10.20396/riesup.v5i0.8653655
- Granemann, S. (2021). Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira. *Trabalho, Educação e Saúde*, 19, e00305137. doi: 10.1590/1981-7746-sol00305
- Guajardo Córdoba, A. (2020). A propósito de nuevas formas de colonización en terapia ocupacional. Reflexiones sobre la idea de Justicia Ocupacional desde la perspectiva de una filosofía política crítica. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(4), 1365-1381. doi: 10.4322/2526-8910.ctoARF2175.
- Guajardo Córdoba, A. & Galheigo, S. M. (2015) Reflexiones críticas acerca de los derechos humanos: Contribuciones desde la terapia ocupacional Latinoamericana, *World Federation of Occupational Therapists Bulletin*, 71(2), 73-80. doi: 10.1179/1447382815Z.00000000023
- Guajardo Córdoba, A. (2016). Lecturas y relatos históricos de la Terapia Ocupacional en Suramérica. Una perspectiva de reflexión crítica. *Revista Ocupación Humana*, 16 (2), 110-117. doi: 10.25214/25907816.141.
- Lira, A. L. C., Adamy, E. K., Teixeira, E. & Silva, F. V. (2020). Educação em enfermagem: desafios e perspectivas em tempos da pandemia COVID-19. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(Supl. 2), e20200683. doi: 10.1590/0034-7167-2020-0683
- Lourau, R. (1975). *Análise institucional*. Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Mendes, A. & Carnut, L. (2018). Capitalismo contemporâneo em crise e sua forma política: o subfinanciamento e o gerencialismo na saúde pública brasileira. *Saúde e sociedade*, 27(4), 1105-1119. ISSN 1984-0470. doi:10.1590/s0104-12902018180365.
- Mignolo, W. (2008). La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto y un caso. *Tabula Rasa* 8, 243-282. Recuperado de http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000100013&lng=en&tlng=
- Morrison, R. & Silva, C. (2020). Terapia ocupacional en tiempos de pandemia. *Revista Chilena de Terapia Ocupacional*, 20(1), 7-12. doi:10.5354/0719-5346.2020.57813
- Morosini, M. V. (2010). *Educação e trabalho em disputa no SUS: a política de formação dos agentes comunitários de saúde*. Rio de Janeiro, Brasil: Fiocruz.
- Pattison, M. (2020). Life during and after COVID - WFOT's response. *World Federation of Occupational Therapists Bulletin*, 76(1), 22-24. doi: 10.1080/14473828.2020.1759910.
- Rubião-Resende, A. & Zilberberg-Oviedo, L-E. (2020). La "universidad participativa": ¿una alternativa al "Modo 2"? *Revista Iberoamericana de Educación Superior* 11(31), 105-117. doi:10.22201/issue.20072872e.2020.31.708.
- Sinclair, K. (2020). Facing the challenge: COVID-19 and occupational therapy. *World Federation of Occupational Therapists Bulletin*, 76(2), 65-66. doi: 10.1080/14473828.2020.1825311
- Soares, C. B., Godoy-Vieria, A., Dias, V. F. G., Lachtim, S. A. F., Cordeiro, L. & Campos, C. M. S. (2019). Oficinas emancipatórias como instrumento de formação em saúde coletiva para o cuidado à família. En Costa, A.P., Synthia, E., Ribeiro, J., Presado, H., & Baixinho, C. (Eds.) *Investigação qualitativa em saúde*, realizado no 8º Congresso Ibero-americano de Investigación Qualitativa, Lisboa, Portugal. Ludomédia, v.2, 435-443. Recuperado de <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2046/1982>.
- Soares, C. B., Camosa, C. M. S., Souza, H. S., Godoy-Vieira, A., Cordeiro, L., Lopes, I. O. & Cavalcanti, B. S. G. (2018). Oficinas emancipatórias como intervenção em saúde do(a) trabalhador(a). *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional* 433(supl 1):e7s. doi: 10.1590/2317-6369000007618.
- Souza, D. O. (2021). As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. *Trabalho, Educação e Saúde*, 19, e00311143. doi: 10.1590/1981-7746-sol00311
- Vallaes, F. (2014). La responsabilidad social universitaria: un nuevo modelo universitario contra la mercantilización. *Revista iberoamericana de educación superior*, 5(12), 105-117. Recuperado de http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-28722014000100006&lng=es&tlng=es.
- Zizek, S. (2020). *Pandemia: Covid-19 e a Reinvenção do Comunismo*. São Paulo, Brasil: Boitempo.